CNH INDUSTRIAL | CAPITAL

Demonstrações Financeiras / Junho 2014

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

CNH INDUSTRIAL | CAPITAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Desde o início de suas operações, o Banco tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do grupo Case New Holland, e a partir de janeiro deste ano, também no segmento de transportes para a marca Iveco.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 3.380, 3.464, 3.721, 3.988, 4.090 e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo *Board*, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos. A descrição dessas estruturas e relatórios estão disponíveis na página da internet da Instituição, no endereço: www.bancocnh.com.br.

A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Operacional: Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que subordina-se diretamente ao responsável por Controles Internos, a área está ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II, o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

B) Risco de Mercado: Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A..

As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de *Funding* o qual se reúne periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes a: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui e nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias *(commodities)*. As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Industrial Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

C) Risco de Crédito: Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Diretoria de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos *(scores)* para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A., é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e aos regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

D) Risco de Liquidez: Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso, define Risco de Liquidez como:

I - A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 30 de junho de 2014, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 18,20%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	JUNHO 2014
Patrimônio de referência nível I	1.139.650,92
Capital principal	**1.139.650,92**
Patrimônio Líquido	1.163.966,13
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	0,00
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	**(2.955,71)**
Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência de Nível II	**0,00**
Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Dívida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	
Patrimônio de referência (a)	**1.139.650,92**
Risco de crédito	615.408,79
Risco de mercado	16.693,47
Risco operacional	42.387,17
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	**674.489,43**
Patrimônio de referência exigido (RWA)	657.795,96
-Índice de Basileia	19,06
-Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	18,59
Capital nível I	**19,06**
Capital principal	19,06
Capital nível II	**0,00**
Margem (PR - PRE - RBAN)	465.161,49

GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) Contabilidade Gerencial: Responsável pelo monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; d) Comitê de *Funding*: Desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado que envolve diretamente as áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. bem como a Fiat Finanças, empresa do Grupo Fiat, responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário base e ao teste de *stress*.

OUVIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 3.477, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda.. Dentro desse cenário, 47,05% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 21,21% ao segmento de construção e 5,23% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 26,51% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 57,63% do total de financiamentos da carteira. O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 78.497 milhões por lote de mil ações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R$ 251.194 milhões, representando 4,27% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 27 de agosto de 2014. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013 - *(Em milhares de reais)*

ATIVO

	Notas	2014	2013
CIRCULANTE		4.021.243	2.981.396
Disponibilidades	4	33.286	32.544
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	965.979	738.396
Aplicações no mercado aberto		815.096	648.026
Aplicações em depósitos interfinanceiros		150.883	90.370
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		521	119
Instrumentos financeiros derivativos	21	521	119
Operações de crédito	6.a	2.427.590	2.138.200
Operações de crédito:			
Setor privado		2.556.410	2.273.442
Provisão para perdas em operações de crédito		(128.820)	(135.242)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(2.693)	(2.941)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado		36.781	42.697
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(36.015)	(41.812)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(3.459)	(3.826)
Outros créditos		567.527	49.885
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	8.834	21.610
Diversos	7.1	572.566	49.411
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(13.873)	(21.136)
Outros valores e bens		29.033	25.193
Outros valores e bens		31.635	27.951
Provisão para desvalorizações		(5.790)	(4.595)
Despesas antecipadas		3.188	1.837
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.583.360	2.111.953
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		3.145	2.567
Instrumentos financeiros derivativos	21	3.145	2.567
Operações de crédito	6.a	2.389.307	1.888.596
Operações de crédito:			
Setor privado		2.485.385	2.012.571
Provisão para perdas em operações de crédito		(96.078)	(123.975)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(1.927)	(2.420)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado		30.955	39.705
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(30.955)	(39.705)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(1.927)	(2.420)
Outros créditos		192.835	223.210
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	416	-
Diversos	7.1	192.440	223.210
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(21)	-
PERMANENTE		125.039	131.875
Investimentos		628	587
Outros investimentos		1.135	1.094
Provisão para perdas		(507)	(507)
Imobilizado de uso		4.017	2.080
Outras imobilizações de uso		8.808	6.311
Depreciações acumuladas		(4.791)	(4.231)
Imobilizado de arrendamento	8.1	93.337	124.217
Bens arrendados		140.349	213.945
Superveniência de depreciação		34.498	36.797
Depreciações acumuladas		(81.510)	(126.525)
Diferido		2.956	2.736
Gastos de organização e expansão		5.484	4.427
Amortização acumulada		(2.528)	(1.691)
Intangível	8.2	24.101	2.255
Ativos intangíveis		27.065	2.443
Amortização acumulada		(2.964)	(188)
Total		6.729.642	5.225.224

PASSIVO

	Notas	2014	2013
CIRCULANTE		1.443.291	1.117.451
Depósitos	9	142.858	272.590
Depósitos interfinanceiros		51.600	240.449
Depósitos a prazo		91.258	32.141
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	151.714	-
Obrigação por emissão de letras financeiras		151.714	-
Obrigações por empréstimos e repasses	11	856.973	702.598
Repasses do país - instituições oficiais		856.973	702.598
Instrumentos financeiros derivativos		297	1.546
Instrumentos financeiros derivativos	21	297	1.546
Outras obrigações		291.449	140.717
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		44	42
Sociais e estatutárias		4.070	3.145
Fiscais e previdenciárias	7.2	31.486	39.498
Diversas	7.1	255.849	98.032
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.962.239	2.883.572
Depósitos	9	511.207	880.846
Depósitos a prazo		511.207	880.846
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	1.011.069	50.841
Obrigação por emissão de letras financeiras		1.011.069	50.841
Obrigações por empréstimos e repasses	11	2.352.382	1.859.680
Repasses do país - instituições oficiais		2.352.382	1.859.680
Instrumentos financeiros derivativos	21	3.724	20
Instrumentos financeiros derivativos		3.724	20
Outras obrigações		83.857	92.185
Fiscais e previdenciárias	7.2	50.730	39.725
Diversas	7.1	33.127	52.460
Resultado de exercícios futuros	12	160.146	138.314
Resultados de exercícios futuros		160.146	138.314
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1.163.966	1.085.887
Capital - de domiciliados no exterior		885.596	840.898
Capital - de domiciliados no país		5.986	5.684
Reserva de capital		113.908	113.908
Reserva de lucros		157.352	123.763
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		1.124	1.634
Total		6.729.642	5.225.224

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Notas	2014 1º Semestre	2013 1º Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		330.593	307.866
Operações de crédito	6.a	247.861	262.533
Operações de arrendamento mercantil	6.b	27.116	35.067
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	37.091	11.783
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(1.105)	(1.517)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		19.630	-
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(111.945)	(102.555)
Captações no mercado	9	(88.572)	(28.081)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(24.861)	(31.051)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(22.096)	(25.988)
Provisão para perdas com créditos		23.584	(17.435)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		218.648	205.311
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(84.285)	(47.475)
Receitas de prestação de serviços		4.517	2.341
Despesas de pessoal		(21.781)	(14.659)
Resultado de participação em controlada		4	-
Outras despesas administrativas	15	(25.391)	(19.638)
Despesas tributárias		(8.033)	(7.741)
Outras receitas operacionais	16	3.972	6.702
Outras despesas operacionais	17	(37.573)	(14.480)
RESULTADO OPERACIONAL		134.363	157.836
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		191	(1.491)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		134.554	156.345
Imposto de renda e contribuição social	13	(54.268)	(62.001)
Imposto de renda corrente		(25.795)	(29.159)
Contribuição social corrente		(15.271)	(17.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(13.202)	(15.372)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(1.789)	(1.581)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		78.497	92.763
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		88	110

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2014 1º Semestre	2013 1º Semestre
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	78.497	92.763
Ajustes ao lucro líquido	27.507	106.479
Depreciações e amortizações	3.149	490
Depreciação de arrendamento mercantil	21.403	25.617
Superveniência de depreciação	2.204	(1.964)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.584)	17.435
Provisão para desvalorização - bens não de uso	(1.059)	1.087
Provisão para contingências	10.355	26.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.202	15.372
Resultado na alienação de valores e bens	-	1.200
Aumento em resultados de exercícios futuros	3.036	17.523
Ajuste ao valor de mercado TVM e instrumentos financeiros derivativos	(1.198)	3.364
Variação em ativos e passivos:	553.736	187.404
Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	54	7.343
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	43.920	(527.061)
Redução / (aumento) em outros créditos	(4.889)	36.815
Aumento em outros valores e bens	(1.529)	(189)
Redução / (aumento) em depósitos	(336.655)	232.822
Aumento em obrigações por empréstimo e repasses	208.219	371.511
Aumento em outras obrigações	226.704	15.322
Aumento em captações no mercado aberto	417.912	50.841
Caixa líquido originado em atividades operacionais	659.740	386.646
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(1.598)	(236)
Alienação / (aquisição) em imobilizado de arrendamento	(8.952)	(13.567)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	1.258	(6.215)
Alienação de investimentos	(2)	(40)
Aplicação no ativo diferido	(810)	176
Baixa / aplicação no ativo intangível	(1.126)	(165)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(11.229)	(20.047)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	648.511	366.599
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	350.754	404.341
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	999.265	770.940
Redução de caixa e equivalentes de caixa	648.511	366.599

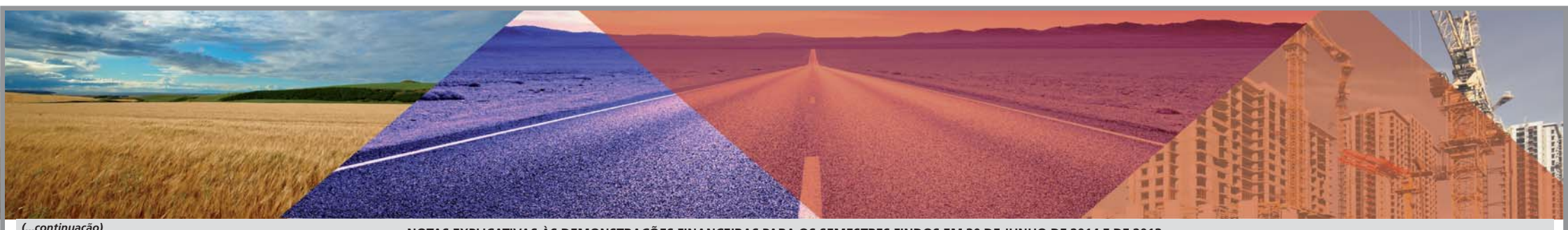
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)

	Notas explicaticas	Capital social realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		800.829	45.753	113.908	37.219	(1.730)	(6.219)	989.760
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	3.364	-	3.364
Aumento de capital		45.753	(45.753)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	92.763	92.763
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	4.638	-	(4.638)	-
Reserva outras		-	-	-	81.906	-	(81.906)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013		846.582	-	113.908	123.763	1.634	-	1.085.887
Mutações do semestre		45.753	(45.753)	-	86.544	3.364	6.219	96.127
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		891.582	-	113.908	78.855	2.322	-	1.086.667
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(1.198)	-	(1.198)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	78.497	78.497
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	3.925	-	(3.925)	-
Reserva outras		-	-	-	74.572	-	(74.572)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		891.582	-	113.908	157.352	1.124	-	1.163.966
Mutações do semestre		-	-	-	78.497	(1.198)	-	77.299

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)

	2014 1º Semestre	2013 1º Semestre
1 - RECEITAS	363.807	300.280
Intermediação financeira	330.593	307.866
Prestação de serviços	4.517	2.341
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.584	(17.435)
Outras receitas operacionais	3.976	6.702
Outras receitas não operacionais	1.137	806
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(135.529)	(85.120)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(60.404)	(35.817)
Materiais, energia e outros	(207)	(143)
Serviços de terceiros	(2.892)	(2.707)
Outras despesas administrativas	(18.786)	(16.190)
Outras despesas operacionais	(37.573)	(14.480)
Outras despesas não operacionais	(946)	(2.297)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	167.874	179.343
5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.149)	(490)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4+5)	164.725	178.853
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	164.725	178.853
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	20.003	13.520
Remuneração direta	16.155	10.999
Benefícios	2.523	1.620
FGTS	1.325	901
Impostos, taxas e contribuições	65.868	72.462
Federais	65.138	71.900
Estaduais	77	12
Municipais	653	550
Remuneração de capitais de terceiros	357	108
Aluguéis	357	108
Remuneração de capitais próprios	78.497	92.763
Lucros retidos	78.497	92.763
Total	164.725	178.853

(Continua...)



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A..

O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor – CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin América Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações da Lei nº 11.638/07 e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

(a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
(b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
(c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
(d) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
(e) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
(f) CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
(g) CPC 24 - Contabilização e divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
(h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "*pro rata*" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

I. Das transações que não envolvem caixa;
II. De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
III. De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado, acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001 foram classificados nas seguintes categorias:

I. Títulos disponíveis para venda: são avaliados a valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado;

II. Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado;

III. Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados e de forma ativa são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e contabilizados pelos seguintes critérios:

- Operações de *swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização, conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar o risco decorrente da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida em conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do período.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

No recebimento de bens não de uso próprio, é adotado o menor valor dentre os seguintes:

1. Valor do crédito;
2. Valor do bem apurado em laudo de avaliação, com indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados, e instituído com documentos relativos ao bem avaliado; e
3. Na hipótese de crédito já baixado como prejuízo e na ocorrência de incerteza, quanto ao valor da realização do bem objeto de dação em pagamento, prevalece o valor do bem apurado em laudo de avaliação. O reconhecimento como receita não operacional dar-se-á quando da alienação.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com as Resoluções nºs 3.642 de 26/11/2008 e 2.283 de 05/06/1996, ambas do BACEN e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

Redução ao valor Recuperável dos Ativos – uma perda é reconhecida, caso existam evidências claras de que o ativo está avaliado por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "*impairment*" quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "*pro rata temporis*".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação e;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%. O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e das despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "*pro rata*" dia.

p) Lucro por ação

Foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 30 de junho de 2014.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Disponibilidades	33.286	32.544
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	965.979	738.396
Total	999.265	770.940

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2014	2013
	Circulante	Circulante
Título	**Até 3 meses**	**Até 3 meses**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	150.883	90.370
Operações compromissadas	815.096	648.026
Total	965.979	738.396

Em 30 de junho de 2014, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R$ 37.091 (R$ 11.783 em 2013).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma

	2014	2013
CIRCULANTE		
Repasses no país - BNDES FINAME	586.671	472.886
Empréstimos e financiamentos	1.969.739	1.800.556
Provisão para perdas em operações de crédito	(128.820)	(135.242)
Subtotal	2.427.590	2.138.200
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Repasses no país - BNDES FINAME	1.720.472	1.310.873
Empréstimos e financiamentos	764.913	701.698
Provisão para perdas em operações de crédito	(96.078)	(123.975)
Subtotal	2.389.307	1.888.596
Total	4.816.897	4.026.796

Em 30 de junho de 2014, o Banco apurou receitas com Operações de Crédito no montante de R$ 247.861 (R$ 262.533 em 2013).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2014	2013
Arrendamentos a receber	67.736	82.402
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(66.970)	(81.517)
Bens arrendados (Nota 8.1)	140.349	213.945
Superveniência de depreciação (Nota 8.1)	34.498	36.797
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.1)	(81.510)	(126.525)
Perda em arrendamento a amortizar	1.786	883
Amortização acumulada do diferido	(1.472)	(862)
Credores por antecipação de valores residuais (Nota 7.1)	(33.887)	(50.870)
Total	60.530	74.253

Em 30 de junho de 2014, o Banco apurou receitas com operações de Arrendamento Mercantil no montante de R$ 27.116 (R$ 35.067 em 2013) e despesas com Arrendamento Mercantil, no montante de R$ 22.096 (R$ 25.988 em 2013). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R$ 5.386 (R$ 6.246 em 2013).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2014	2013
SETOR PRIVADO		
Rural	2.307.143	1.783.759
Indústria	-	579
Comércio	1.350.396	853.778
Serviços	941.671	729.279
Pessoa física	1.006.746	1.014.481
Total da carteira	5.605.956	4.381.876
CIRCULANTE		
Operações de crédito	2.556.410	2.157.950
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	32.883	38.461
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7.1)	494.381	115.492
Créditos por avais e fianças honrados	8.834	21.610
Total da carteira	3.092.508	2.333.513
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito	2.485.385	2.012.571
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	27.647	35.792
Créditos por avais e fianças honrados	416	-
Total da carteira	2.513.448	2.048.363
Total	5.605.956	4.381.876

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco:

	2014						2013	
Nível de risco	**Em curso normal**		**Vencidos**		**Total**	**Total**	**Total**	**Total**
	Operações	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**
AA	467.674	-	-	-	467.674	-	346.716	-
A	1.948.054	9.740	-	-	1.948.054	9.740	1.426.894	7.135
B	1.662.268	16.623	29.128	291	1.691.396	16.914	1.223.741	12.237
C	904.063	27.122	72.084	2.162	976.147	29.284	852.996	25.589
D	291.693	29.169	53.184	5.318	344.877	34.487	282.439	28.244
E	1.125	337	5.024	1.508	6.149	1.845	14.437	4.331
F	14.657	7.328	21.405	10.703	36.062	18.031	42.348	21.174
G	1.818	1.273	3.915	2.740	5.733	4.013	14.719	10.303
H	77.925	77.925	51.939	51.939	129.864	129.864	177.586	177.586
Total	5.369.277	169.517	236.679	74.661	5.605.956	244.178	4.381.876	286.599

O quadro abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas estão registradas no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

	Garantias prestadas - em curso normal - FINAME E FIANÇA IVECO			
	2014		2013	
Nível de risco	**Operações**	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**
AA	29.204	-	52.967	-
A	92.249	461	134.806	674
B	110.564	1.105	64.696	647
C	27.457	824	42.055	1.262
D	7.163	716	12.456	1.246
E	159	48	454	136
F	22	11	21	10
G	297	208	156	109
H	3.642	3.642	16.150	16.150
Total	270.757	7.015	323.761	20.234

e) Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME e CESSÃO DE CRÉDITO FIDC não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 30 de junho de 2014, as coobrigações e os riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam a R$ 270.757 (R$ 323.761 em 2013). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a estas operações de repasse vencidas, montavam em R$ 9.250 em 30 de junho de 2014 (R$ 21.610 em 2013) e, estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 30 de junho de 2014, o Banco possui provisão no montante de R$ 7.015 (R$ 20.234 em 2013), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes", referente às garantias prestadas em curso normal e R$ 13.894 (R$ 21.136 em 2013), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa", referente às garantias já honradas.

O Banco prestou garantias na modalidade de Carta de Fiança bancária a concessionários Iveco. Em 30 de junho de 2014, as garantias montavam R$ 72.400 e possuíam provisão no montante de R$ 811.

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2013	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	**Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas**	**Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME**	**Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas**
Saldo no início do período	12.468	295.229	27.710	296.111
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(5.453)	(18.131)	(7.476)	24.911
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(32.920)	-	(34.423)
Saldo final	7.015	244.178	20.234	286.600

Os créditos recuperados no semestre somaram R$ 30.187 (R$ 89.964 em 2013) e os créditos renegociados somaram R$ 24.408 (R$ 87.091 em 2013).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

7.1. Diversos

	2014	2013
Outros créditos - circulante		
Títulos e créditos a receber (a) (Nota 6.c)	494.381	-
Créditos tributários (Nota 13.d)	35.064	20.379
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota18)	24.312	15.478
Imposto a compensar	10.980	10.183
Outros	7.829	3.371
Total	572.566	49.411
Outros créditos - longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c)	187.835	218.670
Devedores de depósito em garantia	4.605	4.540
Total	192.440	223.210
Outras obrigações - circulante		
Outras obrigações com sociedades ligadas (c)	184.007	8.547
Parcelas recebidas e não baixadas (b)	39.284	34.968
Credores por antecipação de valor residual em garantia (Nota 6.b)	18.401	26.359
Valores a pagar - convênios (Nota 6.e e 6.f)	4.570	11.377
Despesas de pessoal	4.447	3.157
Outras despesas administrativas	4.234	2.482
Provisão para pagamentos a efetuar	906	1.142
Outros	-	10.000
Total	255.849	98.032
Outras obrigações - longo prazo		
Credores por antecipação de valor residual de garantia (Nota 6.b)	15.486	24.511
Provisão para passivos cíveis (Nota 20)	9.229	7.938
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20)	5.967	11.154
Valores a pagar - convênios (Nota 6.e e 6.f)	2.445	8.857
Total	33.127	52.460

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de Empresas não Financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.
(b) O Banco recebeu dos clientes, parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas contabilmente até 30 de junho de 2014. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.
(c) Referente a valores a pagar decorrentes de compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de Empresas não Financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

7.2. Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Fiscais e previdenciárias - circulante		
Impostos e contribuições a recolher	31.486	39.498
Total	31.486	39.498
Fiscais e previdenciárias - longo prazo		
Provisão para impostos sobre diferido (Nota 13.c)	14.887	14.719
Provisão para riscos fiscais (Nota 20)	35.843	25.006
Total	50.730	39.725

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL

8.1. Imobilizado

	2014	2013
Veículos e afins (Nota 6.b)	140.349	213.945
Superveniência de depreciação (Nota 6.b)	34.498	36.797
Depreciação acumulada (Nota 6.b)	(81.510)	(126.525)
Total	93.337	124.217

Movimentação da superveniência de depreciação

	2014	2013
Saldo inicial	36.797	34.833
Superveniência / Insuficiência de depreciação do período	(993)	5.417
Prejuízo do período	(1.306)	(3.453)
Saldo final	34.498	36.797

No semestre, foram registrados R$ 993 de insuficiência de depreciação (R$ 5.417 de superveniência de depreciação em 2013) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

8.2. Intangível

	2014	2013
Intangível	27.065	2.443
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(2.964)	(188)
Total	24.101	2.255

Movimentação da amortização

	2014	2013
Saldo inicial	(188)	(125)
Amortização do período	(2.776)	(63)
Saldo final	(2.964)	(188)

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Banco Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação será amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

9. DEPÓSITOS

	2014					2013
	Circulante		Exigível a longo prazo			
Título	**Até 3 meses**	**3 a 12 meses**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Total**	**Total**
CDI	51.600	-	-	-	51.600	240.449
CDB (*)	46.180	45.078	148.284	362.923	602.465	912.987
Total	97.780	45.078	148.284	362.923	654.065	1.153.436

(*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no ano foi de 96,98% do CDI (99,62% em 2013).

Em 30 de junho de 2014, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R$ 88.572 (R$ 28.081 em 2013).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

	2014			2013
		Exigível a		
Título	**Circulante**	**longo prazo**	**Total**	**Total**
LCA	95.079	3.999	99.078	-
LF	56.635	1.007.070	1.063.705	50.841
Total	151.714	1.011.069	1.162.783	50.841

A taxa média verificada para as operações de aceites cambias no ano foi de 101,90% do CDI (117,00% em 2013).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2022 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 30 de junho de 2014, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R$ 24.861 (R$ 31.051 em 2013).

(Continua...)

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.826
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7036
Fax: (0xx41) 2107-7640

CNH INDUSTRIAL | CAPITAL

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R$ 160.146 em 30 de junho de 2014 (R$ 138.314 em 2013), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do período:

	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social e após as participações	132.765	154.764
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15%, respectivamente	(53.106)	(61.906)
Efeito das exclusões / adições permanentes / temporárias:	(1.162)	(95)
Efeito das exclusões / adições do semestre	(287)	(95)
Ajuste de anos anteriores	(875)	-
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do semestre, líquido dos impostos diferidos	(54.268)	(62.001)

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social no resultado:

	2014	2013
Impostos e contribuições correntes:		
Imposto de renda e contribuição social	(41.066)	(46.629)
Impostos e contribuições diferidos:		
Imposto de renda e contribuição social	(13.202)	(15.372)
Total	(54.268)	(62.001)

c) Movimentação e origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição	Saldos em 31/12/13	Constituição (reversão líquida da realização)	Saldos em 30/06/14
Provisão para perdas com créditos (a)	179.910	(26.490)	153.420
Provisão para perdas com Cédula de Produto Rural (CPR)	1.649	(149)	1.500
Provisão para contingências	3.299	(227)	3.072
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.740	(424)	2.316
COFINS Lei nº 9.718/98	43.475	4.105	47.580
Outros	4.917	10.094	15.011
Total do crédito tributário	235.990	(13.091)	222.899
Superveniência de depreciação	(15.574)	1.775	(13.799)
Ajuste ao valor de mercado	-	(1.088)	(1.088)
Total	(15.574)	687	(14.887)
Créditos tributários - líquidos	220.416	(12.404)	208.012

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R$ 153.420, acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2014, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2014	2013
2013	-	20.379
2014	17.532	79.829
2015	35.064	40.758
2016	82.643	40.759
2017	35.064	38.852
2018	35.064	18.472
2019	17.532	-
Total	222.899	239.049

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R$ 157.961 (R$ 195.071 em 2013).

e) Medida Provisória nº 627

Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973/14, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que refere-se ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973/14 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

O Banco elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e, está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 891.582.770 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 477.107.338 ações pertencentes à CNH Industrial N.V. com sede na Holanda, 408.489.345 ações pertencentes à CNH Industrial Capital UK Limited com sede no Reino Unido, e 5.986.087 ações da CNH Industrial Latin America Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente substancialmente de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros - outros, refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(6.879)	(8.144)
Despesas de amortização e depreciação	(3.149)	(490)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(2.964)	(3.145)
Despesas de processamento de dados	(2.669)	(2.083)
Despesas de viagens e transportes	(2.346)	(1.289)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(1.982)	(1.516)
Outras despesas administrativas	(1.903)	(690)
Despesas de promoções e publicidade	(1.660)	(961)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(1.420)	(877)
Despesas de comunicações	(248)	(327)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(171)	(117)
Total	(25.391)	(19.638)

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R$ 3.205 (R$ 3.979 em 2013), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros e serviços de análise de crédito R$ 3.049 (R$ 3.550 em 2013) e outros prestadores de serviços.

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança no montante de R$ 2.017 (R$ 1.787 em 2013), e outros prestadores serviços no montante de R$ 947 (R$ 1.358 em 2013).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Outras rendas operacionais	2.303	3.105
Recuperação de encargos e despesas	1.669	3.597
Total	3.972	6.702

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Despesas descontos concedidos em renegociações	(17.001)	(1.817)
Despesas com provisão para contingências	(10.355)	(2.053)
Despesas de fianças bancárias (a)	(8.233)	(10.055)
Outras despesas operacionais	(1.518)	-
Despesas de vistorias de bens financiados	(313)	(375)
Despesas de comissões	(153)	(148)
Despesas com atualizações monetárias	-	(32)
Total	(37.573)	(14.480)

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidoras das operações com o BNDES.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2013	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(46.279)	(11.334)	(708.966)	(13.896)
Fiat Automóveis S.A.	(313)	(16)	(360)	(12)
Fiat do Brasil S.A.	(1.112)	(54)	(1.100)	(36)
CNH Latin America Ltda.	(23.657)	(2.318)	(481.442)	(13.163)
CNH Administração Ltda.	(124)	(6)	(118)	(4)
Iveco Latin America Ltda.	(21.063)	(1.941)	(225.928)	(680)
Demais empresas	(10)	(1)	(18)	(1)
CNH Industrial NV	-	(6.998)	-	-
Serviços prestados	(302)	(1.846)	(300)	(1.766)
Fiat Finanças	(280)	(1.706)	(266)	(1.617)
Fiat do Brasil S.A.	(22)	(140)	(34)	(149)
Outros créditos e obrigações	(159.629)	(8.233)	6.931	(10.056)
CNH Industrial NV	(87.545)	(8.233)	(8.547)	(10.056)
Iveco Latin America Ltda.	(96.462)	-	-	-
Fiat Automóveis S.A.	(140)	-	-	-
CNH Latin America Ltda.	24.312	-	15.478	-
Fidis	206	-	-	-

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para o semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada no semestre e paga no semestre, e totalizaram R$ 1.329 (R$ 611 em 2013).

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações fiscais e previdenciárias - provisões para riscos fiscais" no montante de R$ 35.843 (R$ 25.006 em 2013), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para riscos cíveis" no montante de R$ 9.229 (R$ 7.938 em 2013) e "Outras obrigações - provisão para riscos trabalhistas", no montante de R$ 5.967 (R$ 11.154 em 2013).

Provisões para riscos fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. A principal ação, refere-se a:

- COFINS: Representados por R$ 25.002, o Banco CNH Industrial Capital S.A. pleiteia restituir à COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º), quanto à incidência desse imposto apenas sobre as receitas com vendas de mercadorias e receitas de prestação de serviços. Afastando-se assim, a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida.
- O Banco possui provisionado o montante de R$ 9.318 decorrentes de riscos fiscais. A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável de perda.
- ISS: Representados por R$ 1.523 (R$ 1.245 em 2013), o Banco CNH Industrial Capital S.A. pleiteia o indeferimento do auto de infração em razão da prestação de serviços de vistoria em contratos de FINAME, diante da falta de previsão do serviço na lista anexa ao Decreto-lei nº 406/68 e Lei Complementar nº 116/03.

Provisões para riscos trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R$ 5.967 (R$ 6.627 em 2013) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - provisão para riscos trabalhistas".

Provisões para riscos cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R$ 9.229 (R$ 7.938 em 2013) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - provisão para riscos cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2013	25.322	6.627	8.959	40.908
Constituição / Reversão	10.428	(500)	277	10.205
Atualização monetária	93	20	42	155
Baixas por pagamento	-	(180)	(49)	(229)
Saldo final em 30/06/2014	35.843	5.967	9.229	51.039

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

a) Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

b) Risco de mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

c) Risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de *swaps* que permitem o controle e/ou manutenção dos *spreads* esperados nas referidas operações.

Os contratos de *swaps*, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

a) Instrumentos financeiros derivativos (*Swap*)

	30/06/2014			
Contratos de *swaps*	Valor Referencial (Contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativos DI x Passivos Pré (*)	170.216	(642)	1.231	1.873
Ativos Pré x Passivos DI (**)	315.000	1.132	(1.585)	(2.717)
Total	485.216	490	(354)	(844)

	30/06/2013			
Contratos de *swaps*	Valor Referencial (Contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativos DI x Passivos Pré (**)	151.592	(1.603)	1.120	2.723
Total	151.592	(1.603)	1.120	2.723

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge de fluxo de caixa*, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

(**) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de risco de mercado, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no resultado do exercício.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2014	224	1.251	(244)	1.231
30/06/2013	(1.427)	2.547	-	1.120

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de *"swap"* de taxas de juros em que é pago o valor nocional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nocional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, o risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o *gap* ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância a sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir, são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituída no patrimônio líquido:

	30/06/2014	
	Instrumentos financeiros	Total
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre	1.873	1.873
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(749)	(749)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.124	1.124

	30/06/2013	
	Instrumentos financeiros	Total
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre	2.723	2.723
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(1.089)	(1.089)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.634	1.634

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

c) Resumo das operações de *swap* em aberto na data de 30 de junho de 2014

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - *hedge de valor justo*		
Taxa 113,10% CDI	200.000	217.750
Taxa 113,35% CDI	115.000	125.603
Total	315.000	343.353
Posição passiva - *hedge de valor justo*		
Taxa pré	315.000	344.938
Total	315.000	344.938

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - *hedge de fluxo de caixa*		
Taxa 100,75% CDI	25	38
Taxa 100,95% CDI	92	136
Taxa 103,00% CDI	18	27
Taxa 107,50% CDI	13.000	13.572
Taxa 110,00% CDI	41.881	44.144
Taxa 115,00% CDI	20.430	22.599
Taxa 104,00% CDI	32.528	36.502
Taxa 102,40% CDI	14.000	15.729
Taxa 105,20% CDI	26.453	27.068
Taxa 105,00% CDI	21.789	22.541
Total	170.216	182.356
Posição passiva - *hedge de fluxo de caixa*		
Taxa pré	170.216	181.125
Total	170.216	181.125
Diferencial - *hedge* de valor justo		(1.585)
Diferencial - *hedge* de fluxo de caixa		1.231
Valor de mercado líquido		(354)

22. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido – PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2014 é 18,59% (22,65% em 2013).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1º de julho de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. adquiriu por R$ 417.000 do Banco FIDIS, a carteira de atacado ("Floor Plan Wholesale") da IVECO, passando a operar o crédito rotativo junto às concessionárias que financiam a aquisição de veículos com objetivo de revenda aos consumidores finais.

DIRETORIA

BRETT DAVID DAVIS – Diretor-Presidente
HEBERSON GOES – Diretor
PAULO MAXIMO FILHO – Diretor
CARLA LUCIANA MATTEDI – Diretora
JUCIVALDO FEITOSA – Diretor

CHEFE DE CONTABILIDADE

FLÁVIO CORREIA SANTOS
CRC RJ-088.855/O-0 - CPF 905.095.287-91

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALENTINO RIZZIOLI – Presidente do Conselho
BRETT DAVID DAVIS – Conselheiro
ODDONE INCISA – Conselheiro
VILMAR FISTAROL – Conselheiro
FABRIZIO MILONE – Conselheiro

CONTADORA

CRISTINA SCATOLIN QUIRINO
CRC PR-055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do **Banco CNH Industrial Capital S.A. (Anteriormente denominado Banco CNH Capital S.A.)** - Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota Explicativa nº 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação referida no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2014, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 27 de agosto de 2014.

EY Building a better working world

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-PR

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1

Ana Andréa Iten de Alcantara
Contadora CRC-SC-025678/O-3-T-PR